

Exmo. Senhor

**Presidente da Comissão Parlamentar de
Inquérito à recapitalização da Caixa Geral de
Depósitos e à gestão do banco**

Deputado José Matos Correia

REQUERIMENTO

Considerando os mais recentes desenvolvimentos da Comissão Parlamentar de Inquérito à recapitalização da Caixa Geral de Depósitos e à gestão do banco, designadamente a rutura, da parte dos Grupos Parlamentares do Partido Socialista, Bloco de Esquerda e Partido Comunista Português, com o tradicional consenso em torno dos procedimentos habituais de uma Comissão de Inquérito, materializável, neste caso, no chumbo concertado de novas audições e novos documentos;

Considerando o facto de ter sido aventado, pelos referidos Grupos Parlamentares, que todas as novas audições propostas pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata seriam concertada e novamente chumbadas, obrigando o mesmo a socorrer-se do limitado número de requerimentos potestativos que ainda tem disponível;

Considerando o despacho n.º 41/XIII do Presidente da Assembleia da República, Dr. Eduardo Ferro Rodrigues, não admitindo o requerimento dos Grupos Parlamentares do PSD e CDS-PP relativo ao alargamento do objeto da presente Comissão Parlamentar de Inquérito à Recapitalização da Caixa Geral de Depósitos, com base "*nos fundamentos desenvolvidos no parecer da Senhora Auditora Jurídica da Assembleia da República*";

Considerando o parecer da Senhora Auditora Jurídica da Assembleia da República, que refere que "*[s]empre se dirá que o conhecimento do Plano de Reestruturação e Recapitalização da Caixa Geral de Depósitos não é assunto que possa ser considerado estranho ao objeto da CPIRCGDGB dada a relativa abrangência do objeto do inquérito preliminar que tem por incumbência realizar*";

Enteada 23 de 31-01-2017
N.º 567570

Debitado a
1-02-2017

Considerando o facto de se manter por responder um considerável número de questões dirigidas ao Sr. Ministro das Finanças, Dr. Mário Centeno;

Considerando ainda não haver respostas claras e inequívocas a muitas das questões colocadas pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata ao Sr. Ministro das Finanças;

Considerando o facto de os depoimentos, em sede parlamentar, do Sr. Ministro das Finanças serem manifestamente incoerentes com os depoimentos de António Domingues e de José de Matos;

Considerando, o facto de o atual Governo se furtar aos escrutínios legal e democrático que encerram estes trabalhos parlamentares, designadamente no que se refere ao apuramento da razão pela qual nos encontramos a levar a cabo a recapitalização do banco público na ordem dos 5.000 milhões de euros, quando a necessidade de capital, segundo depoimentos desta CPI e a aritmética colocada ao dispor dos grupos parlamentares, é manifestamente inferior;

Considerando, por último, a crescente e autocrática tendência de negação do exercício de transparência da ação executiva, quando se fala em investir mais de 5.000 milhões de euros dos portugueses, e quando mais transparência nunca pode significar uma sociedade ou um país piores:

Vêm os Deputados do Grupo Parlamentar do PSD abaixo assinados, nos termos legais e regimentais aplicáveis, requerer a V. Exa.:

- 1. a audição do Sr. Ministro das Finanças, Dr. Mário Centeno;**
- 2. a audição do Dr. António Domingues;**
- 3. o plano de capitalização e reestruturação da Caixa Geral de Depósitos, assim como o seu nível de aplicação, detalhando os movimentos e as operações respectivas, elaborado pelo Dr. António Domingues e aprovado pelas Instituições Europeias no início de Junho de 2016. O plano contempla:**

- a primeira fase de recapitalização da CGD, que já arrancou, no valor de 1.445 milhões de euros, com a conversão de 945 milhões de euros de CoCos em ações e a transferência de 49% de ações da ParCaixa, para reforço de fundos próprios;
- o subsequente aumento de capital com posterior emissão de instrumentos de dívida subordinada a ocorrer junto de investidores privados;
- o montante das efetivas necessidades de capital da CGD;
- o montante de imparidades a registar;
- os ativos do Grupo CGD que se pretende alienar;
- dados sobre a redução da implantação territorial nacional e internacional da CGD;
- dados sobre a redução do número de trabalhadores da CGD;
- resultados previstos para a CGD nos próximos anos.
-

Palácio de São Bento, 31 de janeiro de 2017

Os Deputados,

HUGO LOPES SOARES

CARLOS COSTA NEVES

DUARTE MARQUES

INÊS DOMINGOS

MARGARIDA BALSEIRO LOPES

